

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
Balço Patrimonial - Hospital Regional de Sorocaba "Dr. Adib Domingos Jatene" - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Regional de Sorocaba Dr. Adib Domingos Jatene – Bata Branca

CNPJ: 61.699.567/0078-71



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade Gerenciada: Hospital Regional de Sorocaba "Dr. Adib Domingos Jatene" – Bata Branca. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2022.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis - Balço Patrimonial - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Ativo Circulante	118.528.826,10	121.290.041,38	Passivo Circulante	118.504.465,13	121.290.041,38
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	889.811,92	1.928.348,19	Fornecedores (Notas 3.8)	2.344.107,36	3.814.468,32
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	1.858,07	499,08	Serviços de Terceiros P. Jurídica (Notas 3.9)	2.915.289,69	3.337.775,32
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	887.953,85	1.927.849,11	Serviços de Terceiros P. Física (Nota 3.9)	79.827,36	76.945,60
Clientes e Outros Recevíveis Saúde	114.451.235,74	115.468.273,37	Salários a pagar (Notas 3.10)	2.967.801,93	2.844.258,68
Clientes (Nota 3.3)	114.161.460,00	114.948.005,00	Contribuições a recolher (Notas 3.11)	773.593,88	728.603,29
Secretaria Estado Saúde São Paulo -			Provisão de férias (Notas 3.12)	5.501.431,49	5.401.950,25
Afiladas (Nota 3.3.1)	114.161.460,00	114.948.005,00	Provisão de FGTS sobre férias (Notas 3.12)	439.709,55	432.094,07
Outros Créditos Saúde (Nota 3.4)	289.775,74	520.268,37	Impostos a recolher (Notas 3.13)	971.397,10	892.803,14
Adiantamento a Fornecedores	-	192.887,95	Benefícios	7.165,23	9.223,31
Antecipação de férias (Nota 3.4.1)	287.714,51	316.807,65	Obrigações Tributárias (Notas 3.14)	283.783,01	361.108,65
Antecipação salarial (Nota 3.4.2)	1.989,45	10.572,77	Outros valores de terceiros (Notas 3.15)	183.028,18	-
Impostos a Compensar	71,78	-	Convênios/Contratos Públicos a		
Estoque Saúde	3.187.778,44	3.893.419,82	Realizar (Notas 3.16)	101.968.846,34	103.294.744,20
Estoques (Nota 3.5)	3.187.778,44	3.893.419,82	Outras Contas a Pagar (Notas 3.17)	3.324,80	26.240,00
Ativo não Circulante	-	114.161.460,00	Recebimento de Materiais de Terceiros	-	9.141,60
Contratos/Convênios Públicos a			Estrutura SPDM	65.159,21	60.684,95
Receber (Nota 3.6)	-	114.161.460,00	Passivo não Circulante	24.360,97	114.161.460,00
Total do Ativo	118.528.826,10	235.451.501,38	Convênios/Contratos Públicos a realiza		
			(Nota 3.16)	-	114.161.460,00
			Provisão de Despesa Proc. Cíveis (Nota 3.19)	1.000,00	-
			Provisão Despesa Proc. Trabalhistas		
			(Nota 3.19)	23.360,97	-
			Patrimônio Líquido (Nota 4.7)	0,00	0,00
			Resultado do Exercício	-	-
			Total do Passivo e do Patrimônio	118.528.826,10	235.451.501,38
			Líquido	118.528.826,10	235.451.501,38

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Comparativo entre Dezembro/2020 e Dezembro/2021		
Descrição	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit do exercício/período	-	-
Ajuste p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	786.545,00	8.651.995,00
(Aumento) Redução outros créditos	114.391.952,63	138.824.671,50
(Aumento) Redução em estoques	696.499,78	(2.178.268,44)
Aumento (Redução) em fornecedor	(1.892.846,59)	907.999,73
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	(115.487.357,86)	(153.546.893,23)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	466.670,77	757.705,69
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(1.038.536,27)	(6.582.789,75)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.038.536,27)	(6.582.789,75)
Saldo inicial de Caixa e equivalente	1.928.348,19	8.511.137,94
Saldo final de Caixa e equivalente	889.811,92	1.928.348,19

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM atua em conformidade com o estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021. **Características da Unidade Gerenciada:** O Hospital Regional de Sorocaba "Dr. Adib Domingos Jatene" está localizado no Município de Sorocaba, e atende a região da DRSXVI Sorocaba (48 municípios) e 15 municípios das Regiões de Saúde de Mananciais e Rota dos Bandeirantes. Totalizando uma população de 5.412.200 habitantes (IBGE-2016), através da Central de Regulação de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo. Em 11 de Dezembro de 2017 a SPDM firmou com a Secretaria de Estado da Saúde o Contrato de Gestão Nº 001.0500.000039/2017, com prazo de 05 (cinco) anos. Tem por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde à população usuária do SUS – Sistema Único de Saúde. Sendo repassados no ano de 2021 os valores relativos aos seguintes Termos Aditivos: - T.A. 01/2021 para custeio das atividades no exercício de 2021, no valor de R\$ 114.948.005,00. - T.A. 02/2021 repasse de recursos financeiros de custeio, visando ampliação de leitos em UTI COVID-19, no período de abril a junho de 2021, no valor de R\$ 3.000.000,00. - T.A. 03/2021 repasse de recursos financeiros de custeio, visando ampliação de leitos em UTI COVID-19, no período de julho a agosto de 2021, no valor de R\$ 3.000.000,00. - T.A. 04/2021 repasse de recursos financeiros de custeio, visando ampliação de leitos em UTI COVID-19, no período de setembro a outubro de 2021, no valor de R\$ 2.000.000,00. - T.A. 05/2021 tem por objetivo a realização do Projeto especial "Corujão da Saúde – Oncologia", nos meses de setembro a dezembro de 2021, recursos financeiros de Custeio no valor de R\$ 21.800,00. - T.A. 06/2021 repasse de recursos financeiros de custeio, visando ampliação de leitos em UTI COVID-19, no período de novembro a dezembro de 2021, no valor de R\$ 2.000.000,00. 1. - **Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **Isenção Tributária e característica da isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 e o que dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. 2 - **Apresentação das Demonstrações Contábeis** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2021, a Entidade observou as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, Medida Provisória nº 449/2008 e Lei nº 11.941/09 que promoveram modificações quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais, antes previstas na Lei nº 6.404/76, que agora passam a ser observadas não apenas pelas sociedades por ações, mas também as empresas de grande porte. A SPDM elaborou suas demonstrações financeiras em observância as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração a adoção de normas contábeis como o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que tem por objetivo fornecer informações financeiras sobre a entidade; NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, que trata da contabilização e divulgação de subvenção governamental; e ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.1 - **Formalidade da escrituração contábil – ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3):** As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. 2.2. - **Nome Empresarial da Unidade, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Regional de Sorocaba "Dr. Adib Domingos Jatene" – Bata Branca** - Rodovia Raposo Tavares, SP-270, KM 106 - Pq. Reserva Fazenda Imperial - Sorocaba - SP, CEP 18052-775 - CNPJ n.º 61.699.567/0078-71. 3 - **Principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros e suas alterações. O plano de contas a adotado atendem aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. 3.1. - **Caixa e Equivalentes de Caixa** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Descrição	2021	2020
1 - Receitas	145.087.240,03	152.110.536,86
1.1) Prestação de serviços	125.654.672,24	132.807.905,46
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-
1.3) Outras Receitas	541.520,32	550.215,86
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	18.891.047,47	18.752.415,54
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	66.358.955,89	72.837.529,89
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	25.993.266,60	23.688.438,93
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	39.557.658,72	48.298.717,48
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	-	-
2.4) Outros	808.030,57	850.373,48
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	78.728.284,14	79.273.006,97
4 - Retenções		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	78.728.284,14	79.273.006,97
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	137,04	
6.1) Receitas financeiras	137,04	-
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	78.728.421,18	79.273.006,97
8 - Distribuição do Valor Adicionado	78.728.421,18	79.273.006,97
8.1) Pessoal e encargos	59.675.667,31	60.354.497,40
8.2) Impostos, taxas e contribuições	13.837,61	12.035,48
8.3) Juros	1.625,00	160,88
8.4) Aluguéis	146.243,79	153.897,67
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	18.891.047,47	18.752.415,54
8.6) Lucros retidos / prejuízo do período	-	-

ção, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.1 - **Formalidade da escrituração contábil – ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3):** As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. 2.2. - **Nome Empresarial da Unidade, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Regional de Sorocaba "Dr. Adib Domingos Jatene" – Bata Branca** - Rodovia Raposo Tavares, SP-270, KM 106 - Pq. Reserva Fazenda Imperial - Sorocaba - SP, CEP 18052-775 - CNPJ n.º 61.699.567/0078-71. 3 - **Principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros e suas alterações. O plano de contas a adotado atendem aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. 3.1. - **Caixa e Equivalentes de Caixa** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

	Saldo em	
	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e Saldos em Bancos	1.858,07	499,08
A Aplicação Financeira de Curto Prazo	887.953,85	1.927.849,11
C Caixa e Equivalentes de Caixa	889.811,92	1.928.348,19

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2021 o montante de R\$ 889.811,92 demonstrado no quadro acima. 3.2. - **Aplicações Financeiras** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciais como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira

Aplicação	Tipologia	Rentabilidade % no Mês	Saldo em 31/12/2021
Banco do Brasil	Cdb	0,85 % Am	R\$ 887.953,85

3.3. - **Clientes:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a NBC TG 07 R2 - Subvenção e Assistência Governamentais e conforme a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre re-

ceitas e despesas provisionadas. 3.3.1 - **Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2021, representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão Nº 001.0500.000039/2017, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, totalizaram R\$ 114.161.460,00. 3.4 - **Outros Créditos** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. 3.4.1 - **Antecipações de Férias** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, cujo saldo em 31.12.2021 é de R\$ 287.714,51. 3.4.2 - **Antecipação salarial** O respectivo saldo de R\$ 1.989,45 em 31.12.2021 representa valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para atividade operacional dos serviços de saúde. 3.5 - **Estoques** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção e materiais de terceiros até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2021 é de R\$ 3.187.778,44.

Descrição	Valores em Reais em:	
	31/12/2021	31/12/2020
Materiais utilizados no setor de Nutrição	71.784,91	70.464,82
Materiais utilizados no setor de Farmácia	1.323.718,70	1.577.112,39
Materiais de Almoarifado	1.680.023,68	2.234.714,13
Emp. Materiais de Terceiro	112.251,15	11.128,48
Total	3.187.778,44	3.893.419,82

Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde. 3.6 - **Valores a Receber (Ativo não circulante):** Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão Nº 001.0500.000039/2017, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. 3.7 - **Imobilizado:** O Hospital Regional de Sorocaba "Dr. Adib Domingos Jatene" – Bata Branca não possui bens de terceiros sob responsabilidade da SPDM, de modo que o patrimônio do Complexo Hospitalar é de responsabilidade da Concessionária Inova Saúde São Paulo SPE S/A, empresa licitante na modalidade de concessão administrativa do Complexo Hospitalar Regional de Sorocaba, com seu contrato na modalidade PPP – Parceria Público-Privado com o Estado de São Paulo por meio do Contrato Concessão Adm. nº PPP 01/2014. 3.8 - **Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. 3.9 - **Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, e assessoria técnica e jurídica. 3.10 - **Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência, o saldo em 31.12.2021 foi de R\$ 2.967.801,93. 3.11 - **Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, e Contribuições Sindicais. 3.12 - **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. 3.13 - **Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. 3.14 - **Obrigações Tributárias** Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofreram as retenções devidas conforme as legislações pertinentes. 3.15 - **Outros valores de terceiros:** Estes se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. 3.16 - **Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com NBC TG 07 R2 – Subvenção E Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. 3.17 - **Outras Contas a Pagar:** Estes se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. 3.18 - **Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos *Continua*

Continuação adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19-Contingências Ativas e Passivas** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes E Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.

3.19.1-Contingências Passivas No exercício de suas atividades em 2021, SPDM – Hospital Regional de Sorocaba "Dr. Adib Domingos Jatene" – Bata Branca acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações em que a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 292.294,88. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Para processos onde a possibilidade de perda em 2021, era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 110.000,00.

Passivas	Trabalhista	Cível	Tributária
Provável	23.360,97	1.000,00	-
Possível	292.294,88	110.000,00	-
Remota	-	-	-

4 - Origem e Aplicação dos recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2), onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. **4.1.2 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC T 19.4 - Subvenção e Assistência Governamentais na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2021, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0078-71 Hospital Regional de Sorocaba "Dr. Adib Domingos Jatene" - Bata Branca		R\$
Contratos		
Nº 001.0500.000039/2017 - Ta 01/21- Repasse 2021	114.948.005,00	
Nº 001.0500.000039/2017 - Ta 02/21- Repasse Visando Ampliação de Leitos em Unidade de Terapia Intensiva para o Enfrentamento da Covid-19	3.000.000,00	
Nº 001.0500.000039/2017 - Ta 03/21- Repasse Visando Ampliação de Leitos em Unidade de Terapia Intensiva para o Enfrentamento da Covid-19	3.000.000,00	
Nº 001.0500.000039/2017 - Ta 04/21- Repasse Visando Ampliação de Leitos em Unidade de Terapia Intensiva para o Enfrentamento da Covid-19	2.000.000,00	
Nº 001.0500.000039/2017 - Ta 05/21- Tem por Objeto a Realização do Projeto Especial "Corujão da Saúde-Oncologia"	21.800,00	
Nº 001.0500.000039/2017 - Ta 06/21- Repasse Visando Ampliação de Leitos em Unidade de Terapia Intensiva para o Enfrentamento da Covid-19	2.000.000,00	
Total	124.969.805,00	

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Regional de Sorocaba Dr. Adib Domingos Jatene – Bata Branca) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada

4.2 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15 de Dezembro de 2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 18.891.047,47. Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º, inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dentro outros requisitos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF e PIS sobre Folha de Pagamento. **4.2.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 4.2 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 14.203.220,51. Em 2020, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 14.141.566,47. **4.2.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** Conforme descrito no item 4.2 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de terceiros a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 427.371,60. Em 2020, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 138.824,80. **4.2.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 3.749.322,85. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2020, esse montante foi de R\$ 3.963.141,33. **4.2.4 - Isenção sobre Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS)** A Entidade usufruiu da isenção do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021 R\$ 511.132,51. Em 2020, R\$ 508.882,94. **4.3 - Trabalho Voluntário** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao mon-

6 - Relatório de execução do contrato de gestão

Linha de Contratação	Relatório de Execução do Contrato De Gestão - 2021					
	1º Semestre		2º Semestre		Total 2021	
Internações	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Saída Hospitalar - Total	4.210	4.484	4.272	4.461	8.482	8.945
Saída Hospitalar – (Exceto Cl. Cirúrgica)	1.020	1.307	1.020	1.261	2.040	2.568
Saída Hospitalar – Cl. Cirúrgica	3.190	3.177	3.252	3.200	6.442	6.377
HD/CIR. Ambulatorial - Total	270	274	270	251	540	525
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	4.500	4.708	4.500	4.811	9.000	9.519
Consulta de urgência	4.500	4.708	4.500	4.811	9.000	9.519
Atendimento Ambulatorial - Total	26.740	28.283	26.820	27.805	53.560	56.088
Consulta médica - Total	20.140	19.137	20.220	19.490	40.360	38.627
Primeira consulta - médica	3.400	3.021	3.480	3.432	6.880	6.453
Consulta médica Sub.+ Inter.+ Telemedicina – Total (exceto primeira consulta)	16.740	16.116	16.740	16.058	33.480	32.174
Atendimento não médico+ Telemedicina - Total	6.600	9.146	6.600	8.315	13.200	17.461
SADT Externo+Corujão Oncologia - Total	1.638	1.448	1.838	1.856	3.476	3.304

7 - Relatório de execução Orçamentária

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2021			
Receitas	Custeio	Investimento	
Repasse do Contrato / Convênio	124.969.805,00	-	
Receitas Financeiras e Outras Receitas	278.128,20	-	
Total das Receitas	125.247.933,20		
Despesas	Custeio	Investimento	
Despesas com Pessoal	59.062.605,80	-	
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	67.223.863,67	-	
Total das Despesas	126.286.469,47		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2022. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP ZSP 024298/O-3** - Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

tante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.908,86 e os demais trabalhos voluntários um valor de R\$ 2.361,43. **4.4 – Outras Receitas** No exercício de 2021, foram contabilizadas receitas cuja natureza provém Despesa anuladas de exercícios anteriores R\$ 426.010,29. **4.5 – Doações** Eventualmente a entidade recebeu doações para ajuda ao enfrentamento da pandemia do COVID-19, as quais utilizou no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2021 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 115.510,03, doações estas que são pertinentes a mercadorias de estoques. **4.6 - Custos e Despesas Operacionais** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.7 - Resultado Operacional** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 124.969.805,00; acréscimos de Outras Receitas no valor de R\$ 682.901,45; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 126.192.059,31; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ -539.352,86. **5 - Das Disposições da Lei 12.101, Portaria 834/2016 MS e Lei Complementar 187 de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada 8.242/14 e, ainda, o que está disposto na Lei Complementar 187/2021, para fazer jus a Certificação na área "predominantemente" de saúde, deverá alternativamente (Artigo 7º): I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênera com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2021 nesta unidade a seguinte produção:

	Produção - 2021	SUS
Linha de Atendimento		
Internações		8.004
Saída Hospitalar		8.088
Nº de Cirurgias		5.696
Consulta Médica		38.627
Consulta não médica		13.500
Cirurgia ambulatorial		1.557
SADT - Total (SAI + SIH)		440.718
Diárias de UTI		7.483
Consulta/atendimento de urgência (PS/PA)		18.795

8 - Exercício Social Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Sorocaba, 31 de Dezembro de 2021.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira
Diretor Presidente da SPDM
Dr. Carlos Alberto Garcia Oliva - Diretor Técnico
Rita de Cássia Borba Barão Contadora CRC SP 251567/O-9